

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.297.308 - SP (2018/0120444-6)**

**RELATOR : MINISTRO PAULO DE TARSO SANSEVERINO**  
**AGRAVANTE : L.S. COMERCIO DE LIVROS E ARTIGOS DE CONVENIENCIA LTDA. EM RECUPERACAO JUDICIAL**  
**AGRAVANTE : CLIO LIVRARIA COMERCIAL LTDA EM RECUPERACAO JUDICIAL**  
**AGRAVANTE : REDE LLS COMERCIO DE LIVROS E CONVENIENCIAS LTDA**  
**AGRAVANTE : AERO LIVROS JORNAIS E REVISTAS LTDA**  
**AGRAVANTE : AGENCIA DE REVISTAS AEROPORTO DA PAMPULHA COMERCIAL LTDA**  
**AGRAVANTE : BOMBONIERE TORCAN LTDA**  
**AGRAVANTE : ANAFEL EMPREENDIMENTOS E PARTICIPACOES LTDA EM RECUPERACAO JUDICIAL**  
**AGRAVANTE : SHIVA PARTICIPACOES LTDA**  
**AGRAVANTE : VARIETY EMPREENDIMENTOS E PARTICIPACOES LTDA**  
**AGRAVANTE : JIM&C PARTICIPACOES LTDA**  
**ADVOGADOS : VICENTE ROMANO SOBRINHO - SP083338**  
**PAULO GUILHERME DE MENDONÇA LOPES E OUTRO(S) - SP098709**  
**AGRAVADO : JOSIANE SILVA LIRA**  
**ADVOGADOS : MARCOS ROGÉRIO FORESTO - SP239525**  
**VAGNER FERRAREZI PEREIRA - SP264067**

**EMENTA**

*AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. CIVIL E PROCESSUAL CIVIL (CPC/73). RECUPERAÇÃO JUDICIAL. CRÉDITO TRABALHISTA. HABILITAÇÃO. DISPOSITIVOS VIOLADOS. FUNDAMENTAÇÃO DEFICIENTE. SÚMULA 284/STF. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULA 211/STJ. FUNDAMENTOS NÃO IMPUGNADOS. SÚMULA 283/STF. AGRAVO CONHECIDO PARA, DESDE LOGO, NÃO CONHECER DO RECURSO ESPECIAL.*

**DECISÃO**

Vistos, etc.

Trata-se de agravo interposto por L.S. COMERCIO DE LIVROS E ARTIGOS DE CONVENIENCIA LTDA. EM RECUPERACAO JUDICIAL, CLIO LIVRARIA COMERCIAL LTDA EM RECUPERACAO JUDICIAL, REDE LLS COMERCIO DE LIVROS E CONVENIENCIAS LTDA, AERO

LIVROS JORNAIS E REVISTAS LTDA, AGENCIA DE REVISTAS AEROPORTO DA PAMPULHA COMERCIAL LTDA, BOMBONIERE TORCAN LTDA, ANAFEL EMPREENDIMENTOS E PARTICIPACOES LTDA EM RECUPERACAO JUDICIAL, SHIVA PARTICIPACOES LTDA, VARIETY EMPREENDIMENTOS E PARTICIPACOES LTDA e JIM&C PARTICIPACOES LTDA contra inadmissão, na origem, de recurso especial fundamentado na alínea "a" do inciso III do artigo 105 da Constituição Federal, manejado contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, assim ementado (e-STJ fl. 213):

*Agravo de instrumento. Recuperação judicial. Habilitação de crédito trabalhista. Alegação de inclusão indevida de crédito relativo à FGTS no quadro geral de credores. Inocorrência. Acordo firmado entre as partes perante a Justiça Trabalhista que previu expressamente que o valor acordado referia-se apenas a verbas indenizatórias e que era destinado a agilizar o processo de habilitação de crédito. Prevalência do valor líquido e certo estipulado entre as partes e homologado perante a Justiça especializada, nos termos do art. 6º, §2º, da Lei n. 11.101/05. Recurso improvido.*

Os embargos de declaração opostos foram rejeitados (e-STJ fl. 230-233).

Nas razões de seu recurso especial, a parte recorrente sustenta vulneração aos arts. 6º, § 7º, da Lei 11.101/2005, ao artigo 187 do Código Tributário Nacional e ao art. 18º do Novo Código de Processo Civil. Assevera que a verba de FGTS, indevidamente presente no crédito da recorrida, não deve ser habilitada no procedimento de recuperação judicial.

Não foram apresentadas contrarrazões (e-STJ fl. 271).

Intimado, o Ministério Público Federal opinou pelo não provimento do agravo (e-STJ fl. 333-337).

É o relatório. Passo a decidir.

A irresignação não merece prosperar.

Primeiramente, cumpre esclarecer que o juízo de admissibilidade do

presente recurso será realizado com base nas normas do CPC/15 e com as interpretações dadas, até então, pela jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, conforme disposto no Enunciado Administrativo n. 3/STJ.

Quanto à alegada ofensa aos arts. arts. 6º, § 7º, da Lei 11.101/2005; 187 do CTN; e 18 do CPC, exsurge deficiente a fundamentação recursal, pois o recorrente limita-se a citar os dispositivos supostamente violados, deixando de informar de que modo a legislação federal teria sido violada ou negada sua aplicação no acórdão recorrido. Assim, não conheço do recurso, igualmente ante a incidência da Súmula 284/STF.

Ademais, ainda que assim não fosse, quanto à apontada violação aos referidos dispositivos, o recurso especial não pode ser conhecido, pois, sobre a matéria de que tratam essas normas, não houve emissão de juízo pelo acórdão recorrido, mesmo com a oposição dos embargos de declaração, fazendo incidir a orientação disposta na Súmula 211/STJ.

Observo, ainda, que o acórdão foi proferido no sentido de que: I) não houve inclusão indevida de qualquer valor a título de *FGTS* no crédito trabalhista habilitado pela agravada; e II) que a celebração de acordo por quantia líquida e certa após a distribuição do pedido de recuperação judicial perante a Justiça especializada autoriza a manutenção do valor estipulado entre as partes, nos termos do art. 6º, § 2º, da Lei 11.101/05. Confira-se:

*No caso, verifica-se que a coagravante L. S. Comércio de Livros e Artigos de Conveniência Ltda. firmou acordo com a agravada nos autos da reclamação trabalhista de n. 1000093-43.2015.5.02.0711, em 5 de março de 2015 (fs. 155/156), após o pedido de recuperação judicial formulado em 3 de junho de 2013 (fs. 158).*

*Veja-se que o acordo firmado entre as partes previu expressamente que o montante de R\$ 12.000,00 refere-se exclusivamente a verbas de caráter indenizatório, ressaltando que a finalidade do acordo era justamente agilizar o procedimento de habilitação de crédito nos autos da recuperação judicial (fs. 155/156).*

*Nessas circunstâncias, não se verifica a inclusão indevida de qualquer valor a título de *FGTS* no crédito trabalhista*

*habilitado pela agravada, o que impõe a manutenção da habilitação do crédito de R\$ 12.000,00, previsto no acordo homologado perante a Justiça Trabalhista.*

*Acrescente-se que, mesmo que o acordo firmado entre as partes incluísse as verbas relativas ao FGTS da agravada no crédito a ser habilitado nos autos da recuperação judicial, outra não seria a solução da presente demanda.*

*Isso porque a celebração de acordo por quantia líquida e certa após a distribuição do pedido de recuperação judicial perante a Justiça especializada autoriza a manutenção do valor estipulado entre as partes, nos termos do art. 6º, §2º, da Lei 11.101/05.*

*[...]*

*Assim sendo, de rigor a manutenção da decisão agravada, que afastou a impugnação apresentada pelas agravantes e determinou a inclusão do crédito trabalhista de R\$ 12.000,00, no quadro geral de credores.*

A insurgência recursal, no entanto, não refuta os fundamentos acima dispostos, notadamente quanto aos termos do art. 6º, § 2º, da Lei 11.101/05, incidente no caso dos autos. Logo, a teor da Súmula 283/STF, aplicável por analogia, “é inadmissível o recurso extraordinário, quando a decisão recorrida assenta em mais de um fundamento suficiente e o recurso não abrange todos eles”.

Destarte, inviável a pretensão da recorrente.

Advirta-se que eventual recurso interposto contra este *decisum* estará sujeito às normas do CPC/2015 (cf. Enunciado Administrativo n. 3/STJ).

**Ante o exposto, conheço o agravo para, desde logo, não conhecer o recurso especial.**

Intimem-se.

Brasília (DF), 18 de fevereiro de 2019.

**MINISTRO PAULO DE TARSO SANSEVERINO**  
**Relator**